As eleições para as Autarquias

A campanha prossegue sem incidentes

"A nossa esperança será concretizada, não demora muito tempo: Freitas do Amaral a Primeiro-Ministro" — afirmou o eng. Adelino Amaro da Costa, no Palácio de Cristal do Porto, onde se efectuou um comício integrado na campanha do CDS para as Autarquias.

A campanha eleitoral vem decorrendo sem sobressaltos, com menos sessões que as anteriores, mas com a vantagem de não terem até agora ocorrido quaisquer actos de violência, numa evidente demonstração de civismo por parte do Povo Português.

E entretanto, o PPD/PSD multiplica os comícios e sessões de esclarecimento que, na zona da capital, se subordinam ao "slogan": "Se és lisboeta vota na Roseta".

Por outro lado, a UDP afirmaria em conferência de Imprensa que "votar no PS e "Povo Unido" é abrir o caminho à direita", e apelou para o voto nos GDUP propondo a abstenção ou voto nulo, nos locais onde não existam "listas de unidade popular".

Relativamente à concessão de facilidades para o funcionamento das assembleias de voto, no acto eleitoral do próximo dia 12, o Ministério da Educação e Investigação Científica divulgou a seguinte nota oficiosa:

— "Com vista a evitar situações isoladas inadequadas e eventualmente prejudiciais relativamente ao período de interrupção de aulas nos estabelecimentos de Ensino em que funcionem assembleias de voto, o M.E.I.C. informa:

1. — Nos estabelecimentos dos Ensinos Primário, Preparatório, Secundário e Médio, em que funcionem assembleias de voto, poderão sempre que se justifique, ser interrompidas as actividades escolares, desde sexta-feira, dia 10, até segunda, dia 13, ambos inclusive.

2.2. — Nos estabelecimentos onde não funcionem, ou mesmo que funcionem não se torne necessário, não há qualquer suspensão de aulas".

PROGRAMA DE GOVERNO LOCAL DO PPD/PSD DE CASCAIS

"Todos temos de saber, de intervir, de participar na vida de Portugal. É isto que é democracia. Se deixamos que o Presidente da Câmara, os vereadores, que a Junta de Freguesia sejam eleitos por minorias, não podemos depois queixar-nos se governarem contra a nossa vontade, contra aquilo que desejaríamos ver realizado no nosso concelho, na nossa freguesia. Democracia é participação, é sugestão, é intervenção permanente. Por isso, vamos todos votar" — salienta o Programa do Governo Local do PPD/PSD do Concelho de Cascais, já em distribuição.

O urbanismo, a situação geral, zonas degradadas e clandestinas, habitação social, infra-estruturas, abastecimento de águas, redes de esgotos, electricidade, comunicações, trânsito e transportes, equipamentos, saúde, higiene e limpeza, ensino e cultura, actividades económicas, gestão administrativa, são temas abordados pormenorizadamente no programa concebido e lançado pelo Partido Social Democrata, para responder às carências mais prementes do referido concelho.

No capítulo da gestão administrativa o PPD/PSD afirma que lutará para que urgentemente se publique o projecto de decreto-lei que altere profundamente as estruturas fiscais do Município, de acordo com o articulado constitucional, nomeadamente pela participação dos municípios nas receitas provenientes dos impostos directos". Na saúde, higiene e limpeza propõe-se integrar o problema do lixo numa solução que envolva os concelhos vizinhos, dada a necessidade de utilização de equipamento de recolha e de tratamento final, para possível utilização como adubo para a agricultura.

Entretanto, em São Domingos de Rana, o Partido Social Democrata já apresentou à população daquela freguesia as conclusões a que os seus grupos de trabalho chegaram "depois de um estudo pensado e pormenorizado dos diversos sectores da vida comunitária".

O embaixador do Paquistão ofereceu, no Hotel Ritz, uma recepção comemorativa do Dia Nacional daquele país. Na gravura, o diplomata paquistanês conversa com o presidente da Assembleia da República

Reunião do Governo dos Açores

Proposto um salário mínimo igual para todos os trabalhadores

Reuniu em Ponta Delgada o plenário do Governo Regional, ao qual estiveram presentes todos os seus membros.

O Governo decidiu, como medida de emergência e a título provisório, envidar esforços no sentido da ida de um dos médicos militares em serviço na Ilha de S. Jorge para a Graciosa que proximamente ficaria sem médico.

O Governo regional, consciente da desigualdade tributária reinante na região e do agravamento que essa sobrecarga fiscal representa no orçamento familiar das classes trabalhadoras, resolvem suspender imediatamente o lançamento, liquidação e cobrança do adicional sobre a colecta do imposto profissional lançado pela Junta Geral de Ponta Delgada no ano corrente qualquer que seja a fase em que se encontre a respectiva aplicação.

Foi aprovada uma proposta de decreto a enviar à assembleia regional acerca do salário mínimo da região, que deverá ser igual tanto para os trabalhadores do comércio e industria, como para os trabalhadores permanentes da agricultura.

O Governo Regional decidiu intervir de emergência no ex-Grémio da Lavoura de Ponta Delgada, nomeando uma comissão de gestão encarregada de assegurar o funcionamento do instituto até à sua próxima reestruturação. Essa comissão terá por encargo pôr de imediato a funcionar o ex-grémio, assegurando serviços cuja falta estava a causar graves prejuízos ao sector agrícola regional, nomeadamente aos pequenos e médios lavradores e agricultores. Foi recomendado ao secretário regional do Comércio e Industria e ao secretário regional de Agricultura e Pescas que promovam com a maior urgência as medidas necessárias para a resolução de dois problemas que vem afligindo as populações, com particular incidência os meios rurais, que dizem respeito ao abastecimento de leite e de peixe.

Em face do enunciado agravamento do custo dos fretes marítimos o Governo Regional deliberou tomar posição contra tal agravamento, reclamando das entidades competentes a resolução dos problemas de fundo que neste momento determinam o custo dos transportes o qual é já incomportável para a economia da região.

Julgamento dos ex-agentes da PIDE/DGS

Antigo director da polícia política defende António Domingues

"Tinha acabado de arrumar o meu carro na rua da Creche. Na altura em que me dirigia para a Escola Ferreira Borges senti alguém em dificuldade na rua dos Lusíadas. De repente, vejo três indivíduos a correrem, um mais à frete e os outros dois atrás. A pessoa que vinha na frente inflecte um pouco para a rua da Creche. Agarrou-se a um candeeiro, desequilibrou-se e caíu na rua. Pouco depois ouvi duas detonações quase simultâneas".

Assim iniciou o seu testemunho durante a 5.ª sessão do julgamento do antigo agente da ex-PIDE/DGS, António Domingues, acusado de "homicídio voluntário" na pessoa do escultor José Dias Coelho, o dr. João Manuel da Costa Figueira, uma das cinco testemunhas que ontem depuseram perante o 1.º Tribunal Militar Territorial, onde o referido processo corre os seus trâmites legais. O dr. Costa Figueira, a segunda testemunha ocular apresentada pela acusação neste julgamento, afirmou ainda ter observado os acontecimentos a cerca de 30/40 metros do local onde estes se desenrolaram, referindo contudo que póde ver a vítima já caída no chão, quando escutou as detonações.

O Tribunal, uma vez mais completamente cheio poruma assistência por vezes participante, escutou duas outras testemunhas presenciais dos factos: o dr. Fernando Carvalho, antigo director da Escola Ferreira Borges, e Maria Ferreira Martins Tavares, que trabalhava num consultório fronteiro ao local onde os acontecimentos se desenrolaram. O primeiro, apesar de "não se sentir habilitado" para responder se ouviu ou não detonações, afirmou todavia que viu "duas pessoas curvadas" num passeio da rua da Creche. Para Maria Tavares, por seu turno, a única recordação que tem do momento consiste na visão do transporte de um homem por outros dois, para o interior de um táxi e de uma frase que escutou na altura: "Levem o homem para o Hospital, mas ele já está morto". Apesar de ter observado toda a cena da janela do consultório a testemunha de nada mais se recordou. A acusação apresentou ainda perante o Tribunal Militar mais uma testemunha, Teodósia da Conceição Gregório, que viveu na clandestinidade conjuntamente com Dias Coelho e Margarida Tengarrinha, a qual relatou as condições em que deram pelo desaparecimento do escultor.

A primeira testemunha da tarde de ontem, foi o antigo director da PIDE na altura em que o crime foi cometido, coronel Homero de Matos, o qual defendeu o réu declarando não o considerar um ser "sanguinário", nem "capaz de matar". Aliás — disse — "não havia ordem para isso, nem havia intenção do réu para o fazer". Outra testemunha de defesa Maria Justina Mesquita abonou igualmente em favor do réu, julgando-o "um homem honesto e íntegro".

O julgamento, entretanto, prosseguirá na próxima sexta-feira, prevendo-se que finalmente preste declarações o treinador de futebol Joaquim Meirim.

Condenado um ex-agente de 2.ª classe

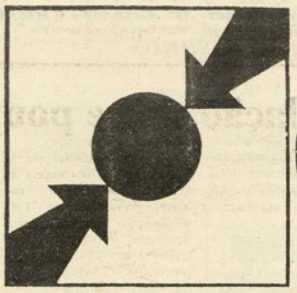
Sem testemunhas nem de acusação nem de defesa (apenas tendo como declarantes alguns ex-colegas, que o consideraram "com total falta de capacidade para serviços que envolvessem alguma responsabilidade") foi condenado, pelo 5.º Tribunal Militar Territorial, a oito meses de prisão, o ex-agente de 2.ª classe da ex-PIDE/DGS, Juventino dos Santos Ferreira, de 39 anos, natural de Almalaguez (Coimbra). Dando-se o caso de ter já cumprido nove meses de prisão preventiva, o réu saíu em liberdade.

No decorrer da audiência, lido o libelo acusatório, a defesa considerou a lei 8/75 inconstitucional (recorde-se que o Supremo Tribunal se pronunciou ultimamente em contrário). Por seu turno, o promotor de justiça pretendeu que fosse também considerado inconstitucional o Art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 349/76, que permite a aplicação de atenuantes extraordinárias aos elementos da ex-PIDE/DGS. Tais pedidos não foram atendidos, tendo ambas as alegações sido consideradas improcedentes pelo tribunal.

Na defesa do arguido, o major Melo e Castro afirmaria que "contra o réu não foi formulada qualquer queixa e da sua actividade não resultou prejuízos para terceiros". Evocou também "o bom comportamento anterior" do arguido que, desde Outubro de 1974 havia prestado serviço no Forte de Caxias, tendo-lhe sido passada, pela Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS, uma declaração, que atesta "que contra ele não foi feita qualquer queixa, ou provado qualquer crime".

Interrogado, o réu declarou que entrara em 6 de Maio de 1973 para a PIDE/DGS, a fim de "ganhar o pão de todos os dias" e porque "gostava de ser funcionário", tendo-se, na altura aconselhado com um primo, que trabalhava em Caxias. Assim, entrou como servente, em 1964 passou a ajudante e agente motorista, e em 1968 foi promovido a agente de 2.ª classe, "para ganhar mais 200 escudos", continuando como motorista, "mas nunca tendo transportado presos". Em 1969, pediu transferência para a Guiné, onde viria a ser detido em 29 de Abril de 1974, tendo obtido a liberdade provisória em 3 de Fevereiro de 1975.

Dando a acusação como provada, o promotor de justiça viria a declarar estar-se perante um indivíduo "sem história", mas que "o povo português não esquece a PIDE e a sua história".



COMUNICADO

CDS

ALMADA

SESSÃO COMÍCIO

COM:

FREITAS DO AMARAL

DIA 8 ÀS 21.30 H.
CINEMA COPACABANA

COSTA DA CAPARICA

C.D.S. = o voto certo
PORTUGAL AOS PORTUGUESES
VEM E TRAZ UM AMIGO

«O DIA» ouve os candidatos democráticos à presidência da Câmara Municipal de Lisboa

Eng.º Aquilino Ribeiro Machado (PS)

«O Município deverá ser o representante legítimo e qualificado da população»

O eng. Aquilino Ribeiro Machado, que se apresenta como candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, declarou a "O DIA", em entrevista que nos concedeu, que acredita no "empenhamento e na lufada de ar fresco que os membros eleitos" irão levar à "velha casa da Praça do Município".

Considerado o virtual vencedor das eleições de domingo no concelho de Lisboa, Aquilino Ribeiro tem, todavia, como adversários, individualidades de vulto, como Helena Roseta que hoje apresentamos também aos nossos leitores. Na próxima sexta-feira contamos publicar idênticas entrevistas com o dr. Martins Canaverde (CDS) e com o arq. Gonçalo Ribeiro Teles (PPM).

"O DIA" — Poderá caracterizar, em linhas gerais, a política de fundo que os candidatos do Partido Socialista prosseguirão na edilidade lisboeta, no caso de vencerem as eleições?

Aquilino Ribeiro Machado — Os candidatos do Partido Socialista propõem-se defender intransigentemente o princípio do primado do interesse geral sobre os interesses particulares, sejam eles de pessoas ou de quaisquer grupos de pressão. Tem sido pelo esquecimento desta regra fundamental de gerir os bens públicos que a cidade de Lisboa hoje é um sudário de desgraças. Não se pode dizer que a situação com a qual os representantes legitimamente eleitos pelo povo de Lisboa se irão confrontar seja fácil. É necessário, antes de mais nada, proceder a um sem-número de operações tendentes a assegurar as condições mínimas para que a cidade funcione.

Estão entre as medidas que, logo de imediato é preciso pôr em prática as que se reportam à melhoria das condições de circulação urbana e dos transportes, nitidamente insuficientes em todos os aspectos. Igualmente, no sector da habitação, se impõe uma intervenção enérgica e rápida, para dotar, na medida do possível, os estratos mais desfavorecidos da população com alojamentos condignos e acessíveis à sua capacidade de pagamento.

Tudo isto se inscreve no propósito de contribuir, através da acção do município, para numa efectiva alteração do actual estado de coisas, pondo a autarquia ao serviço dos lisboetas, de molde a conseguir por seu intermédio que a cidade se torne adequada para uma vida colectiva mais agradável e harmoniosa.

Julgamos que uma gestão municipal atenta à evolução da conjuntura poderá ajudar a minorar a pressão da carestia de vida e poupar os lisboetas a pesados sacrifícios.

Entende-se que o município deverá ser o representante legítimo e qualificado da população e como tal o interlocutor válido das suas reivindicações e ansiedades junto de todos os órgãos do poder constituído. Assim, terá, permanentemente, uma palavra a dizer em todas as decisões que venham a ser tomadas a qualquer nível com directa repercussão sobre a cidade.

O conhecimento da vontade das populações terá de ser obtido através de um diálogo constante com todas as suas formas de organização, desde as juntas de freguesia às comissões de moradores; canais privilegiados para a transmissão do pensamento da comunidade.

Igualmente se considera que os serviços que constituem a estrutura administrativa do município deverão ser remodelados para que se vençam os estrangulamentos e as lentidões burocráticas que hoje não permitem um aproveitamento válido das suas potencialidades. Há, para o efeito, que inserir, de forma suficientemente dinamizadora, os novos órgãos a eleger no corpo preexistente.

Acredita-se que o empenhamento e a lufada de ar fresco que os membros eleitos irão trazer poderá dar à velha casa da Praça do Município uma alma nova.

Considera-se que o reforço da autonomia e da capacidade de decisão do município contribuirá poderosamente para a consolidação do um clima democrático e de um maior interesse colectivo pelos problemas políticos, numa das suas expressões nobres, ou seja mediante o acompanhamento pela população da forma como os seus problemas imediatos são resolvidos.

"O DIA" — Está o Partido Socialista aberto a possíveis alianças, politicamente fundadas, com outros partidos representados na Assembleia Municipal? No caso afirmativo pode especificar qual ou quais os partidos a que preferencialmente se aliará?

A.R.M. — O Partido Socialista, fiel à política que, em face da relação de forças actualmente existentes, tem vindo à adoptar, e, também, à expressão que essas mesmas forças têm tomado, não fará quaisquer alianças políticas. Todavia o P. Socialista é um partido aberto à colaboração com todos os sectores democráticos, desde que os objectivos a atingir se inscrevam num propósito inequívoco de defesa dos interesses gerais da comunidade. Assim, aceitará o apoio de qualquer sector que se aproxime das propostas que venha a formular, bem como não hesitará, também em dar o seu apoio a todas as iniciativas que sejam propostas por quaisquer outros grupos, independentemente do quadrante ideológico de que partam, desde que encontre nelas mérito indiscutível.

"O DIA" — Da normalização das finanças municipais, depende em grande parte a concretização do programa de gestão do Município de Lisboa apresentado pelo PS. Quais as medidas preconizadas neste campo?

A.R.M. — As finanças municipais atravessam, de facto, um momento particularmente delicado. Sem garantia de receitas confortáveis não será possível levar a cabo o programa com a amplitude e a eficácia de que a cidade inequivocamente carece. No entanto, a normalização das finanças municipais não passa pelas fórmulas que as anteriores administrações, a torto e a direito, utilizavam — ou sejam, o aumento das taxas e a especulação com a venda de lotes para construção. O contribuinte lisboeta é já o mais onerado do País e a especulação fundiária está completamente posta de lado em nome dos nossos princípios. Assim, a solução a encontrar exigirá que, por intermédio da legislação que está a ser estudada para a reforma das finanças locais, o município de Lisboa seja devidamente contemplado com uma quota parte suficiente das receitas gerais do Estado, dentro do que estabelece a Constituição da República.

Nesta atribuição dever-se-á atender aos encargos que Lisboa suporta como capital do País e como capital da vasta aglomeração em que se insere.

"O DIA" — No campo da política de transportes e circulação urbana, as linhas de culação urgana, quais são as linhas de actuação que a CML porá em prática, no caso da lista a que preside vir a ser eleita?

A.R.M. — Os problemas do transporte e da circulação urbana não podem continuar a ser encarados independentemente do contexto urbanístico de que são causa e consequência. Por isso, importará que ao nível dos municípios que constituem a aglomeração lisboeta sejam criadas infraestruturas de planeamento e decisão aptas a resolver integradamente todas estas questões.

Lisboa é objecto de uma intensa solicitação do centro radial para onde conflui a maioria do trânsito. Este panorama nada animador não é solucionável sem a urgente elaboração de um plano director de conjunto, a prioridade absoluta do transporte público, um melhor aproveitamento dos meios existentes (por exemplo: o estabelecimento de horários escalonados), a limitação do estacionamento em certas zonas, com a criação de parques dissuasores, a abertura de eixos para o transporte colectivo, a integração física e tarifária dos transportes urbanos e interurbanos, o estabelecimento de correspondência entre transportes de tipo diferente, etc., etc.

Todas estas acções, extremamente complexas, terão de ser progressivamente orientadas com realismo, mas igualmente, com determinação, tendo em conta os efeitos que a sua adopção irá provocando e a observação sistemática das alterações que a partir delas a situação revelar.

"O DIA" — Dado o desfasamento existente entre os serviços de trânsito da PSP e da CML, de que modo pensa resolver o problema?

A.R.M. — A solução dos eventuais desfasamentos que nesta altura existem terão, evidentemente, que ser resolvidos mediante uma colaboração estreita e um diálogo aberto entre os serviços da Câmara e o Comando da Polícia, criando, para o efeito, estruturas de ligação permanente. O Município de Lisboa defenderá a amplificação dos quadros da polícia que são manifestamente insuficientes para as necessidades de um controlo adequado do trânsito da cidade. Da visão conjunta acerca dos problemas urbanísticos que o município poderá trazer e da experiência prática do Comando da Polícia, adquirida na actuação do dia a dia, será previsível chegar a resultados extremamente válidos para solucionar algumas das prin-

Continua na pág. 23

cipais dificuldades que afligem os lisboetas, nesta matéria.

"O DIA" — Quais os planos da sua lista no que concerne ao problema habitacional de Lisboa, e também à criação de espaços verdes e zonas de recreio na capital?

A.R.M. — No tocante à habitação, conforme já anteriormente ficou dito, procurar-se-á, que, nas novas zonas a urbanizar, os empreendimentos a levar a efeito sejam predominantemente preenchidos com fogos de carácter social, a construir com a colaboração do Fundo de Fomento da Habitação. Igualmente se pretende que uma quota parte significativa dos fogos a confiar à iniciativa privada seja destinada a cooperativas de habitação e edifícios de renda limitada. Actuar-se-á junto das entidades para o efeito, competentes, para que se proceda a uma urgente revisão de toda a problemática habitacional no sentido de maior protecção aos inquilinos sem prejuízo dos legítimos interesses dos proprietários.

Sabendo-se que um dos mais instantes problemas do parque habitacional citadino é o precário estado de conservação de muitos imóveis, agir-se-á para que neles sejam impostas as obras de que careçam, recorrendo o município ao programa de recuperação de imóveis degradados recentemente promulgado pelo Governo.

Tudo se fará ainda para erradicar os bairros de lata, assegurando uma aturada realização dos objectivos do programa SAAL, para combater a clandestinidade e assegurar em todo o tecido urbano a qualidade estética dos novos edifícios a construir.

No concernente ao equipamento de parques e jardins e zonas de recreio promover-se-á o aproveitamento dos espaços ainda disponíveis, que para o efeito se prestem bem como se salvaguardarão as zonas verdes que pelo seu interesse e dimensão possam vir a ser utilizadas pela população citadina.

O programa de gestão dos candidatos do Partido Socialista é nesta matéria bastante detalhado e contém várias sugestões concretas cuja enumeração se tornaria demasiado morosa. Destaca-se, no entanto, a intenção de restituir a usufruição do Terreiro do Paço à cidade, bem como de algumas das zonas confrontantes com o Tejo.

"O DIA" — Prevê-se o aproveitamento de planos já aprovados por gestões municipais anteriores?

A.R.M. — Prevê-se o aproveitamento de todos os planos anteriores que, num exame adequado, demonstrem terem qualidade e não contrariem os interesses gerais.

Está neste caso a utilização do plano director da cidade, já elaborado, que se considera uma base válida de trabalho e cuja aprovação definitiva se defenderá junto do Governo.

Respeitar-se-ão, também os compromissos já assumi-

Arq.ª Helena Roseta (PPD-PSD):

«Darei especial atenção aos problemas de habitação social e realojamento»

Helena Roseta, deputada à Assembleia da República pelo Partido Social-Democrata, técnica especialista em assuntos relacionados com urbanismo e habitação, preside à lista dos sociais-democratas para as eleições à Câmara Municipal de Lisboa.

Colaboradora do nosso jornal, pedimos-lhe que expusesse aos nossos leitores as linhas programáticas que inspiram a sua candidatura. Eis as nossas perguntas e as respostas de Helena Roseta:

"O DIA" — Magalhães Mota manifestou a opinião de que o PS ganhará as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa. Como preside à lista do PSD, será, certamente, eleita para um dos lugares de vereadora. Qual o pelouro que mais lhe interessa dirigir?

Helena Roseta — Antes de responder à sua pergunta, gostaria de esclarecer que a opinião de Magalhães Mota sobre a possível vitória do PS em Lisboa foi uma opinião pessoal, de resto divulgada fora do contexto em que ele a apresentou. O que ele fez foi chamar a atenção para a forma como o PS estava a usar os meios de Comunicação Social estatizados — sobretudo a TV — o que lhe dava, de início, uma grande vantagem sobre todos os outros partidos...

Devo dizer-lhe, contudo, que não estou segura dessa vitória do PS. O PS perdeu muito prestígio com as promessas que fez e não tem cumprido. Quem anda nos transportes públicos, quem vai à praça ou ao supermercado como eu, tem ouvido muitas críticas e poucas defesas.

Dantes, o PS era o primeiro a atacar o Magalhães Mota, por causa dos preços. Hoje, o Governo é do PS, o ministro Barreto dá muitas explicações na Televisão, mas os preços subiram muito mais que durante o VI Governo.

Tudo isto se repercute no estado de espírito das pessoas, na falta de entusiasmo que se vê quanto ao PS — as suas sessões têm pouca gente, não se vêem cartazes nem propaganda, etc, etc.

No entanto, mais importante que saber se é ou não o PS que fica com a presidência da Câmara, é saber **qual é a maioria que vai governar a Câmara.** Com o sistema proporcional puro (contra o qual, de resto, o PSD se pronunciou na Assembleia), a Câmara acabará por ser composta por representantes dos partidos mais votados proporcionalmente aos votos recebidos. Ora se se mantiverem os resultados das eleições anteriores, Lisboa daria à Câmara à "maioria de esquerda".

Sabendo-se, como se sabe, que nem o MDP/CDE, actualmente parte do "Povo Unido", nem os militares afectos ao PS, respectivamente à frente da CML desde o 25 de Abril, resolveram os problemas da cidade, a pergunta que se põe é esta: **querem os lisboetas uma maioria de esquerda na sua cidade?** É que votar no PS resultará, **inevitavelmente,** isso!

Passo agora à sua pergunta concreta: seja qual for o cargo que vier a ocupar na CML, darei especial atenção aos problemas de **habitação social e realojamento.** É o campo em que tenho mais experiência profissional, que venho estudando e investigando desde os meus tempos de universidade; é, simultaneamente, um dos mais graves problemas da cidade de Lisboa.

"O DIA" — Na hipótese de Magalhães Mota estar errado e o PSD vir a ser o vencedor, quais as principais linhas de orientação que imprimiria à administração municipal, particularmente, nos sectores do abastecimento citadino, acção cultural, habitação e transportes públicos em Lisboa?

H.R. — No nosso manifesto eleitoral e no nosso programa, apresentamos as grandes linhas e as propostas detalhadas que os sociais-democratas julgam mais adequadas aos problemas de Lisboa.

Depois das eleições, a Câmara eleita, a nosso ver, terá que concertar entre si ou entre uma **maioria estável** de vereadores o programa de actividades a apresentar à Assembleia Municipal, que o deverá aprovar ou rejeitar. Aí serão confrontadas, seja qual for o resultado eleitoral, as nossas propostas com as dos outros. **Pena é que esse confronto directo não fosse possível durante a campanha,** como nós propusémos e como o PPM (e só ele até agora) aceitar fazer também.

Posto isto, as principais linhas e propostas constantes do nosso programa eleitoral são as seguintes:

— Quanto a **gestão municipal:**

Moralização e "despoluição" da actual gestão, que não deverá depender do Governo mas sim da Assembleia Municipal; **aproveitamento integral** das verbas disponíveis; **promoção e melhoria** de condições do pessoal; aumento substancial da produtividade por uma reestruturação e reformulação dos serviços; "gestão por objectivos".

— Quanto ao **abastecimento citadino:**

Para lá de uma **política geral de preços,** que depende do Governo e para lá da competência de organismos mais latos que a CML em certas matérias concretas (mercado abastecedor, matadouro ex-municipal, etc.) propomos a actuação da CML aos seguintes níveis:

— **Mercados municipais** — melhorias de condições e criação de novos onde não existam; fim à sublocação de bancas (mediante a exploração e arrendamento pelo **actual e real** ocupante); lançamento de novos tipos de mercado, eventual **municipalização** de supermercados nacionalizados.

— **Distribuição de leite** — liberalisação da venda de leite esterilizado, a nível de qualquer estabelecimento (mercearia, padaria, etc.); aumento do abastecimento diário à capital (contratos com os Açores, por ex.).

— **Vendedores ambulantes** — regulamentação e disciplina da actividade, limitando **os locais, o modo e o tipo de produto** que é permitido vender nestes moldes; melhoria de condições das actuais feiras e mercados precários (Feira da Ladra, Martim Moniz, Benfica, Ajuda, etc.).

— **Quanto à política de promoção cultural, social e recreativa,** as principais propostas são:

— criação de **núcleos sociais,** espaços de confluência de equipamentos existentes e a criar; revalorização do **Rio Rejo e da zona ribeirinha;** criação de **percursos de peões** pela cidade fora, incluindo monumentos e atracções diversas já existentes; lançamento de programas integrados de animação cultural, como sejam as "quinzenas culturais" rotativas, dedicadas a monumentos de Lisboa; **limpeza geral;** arranjo e aproveitamento de jardins, parques, zonas verdes, etc; apoio a **iniciativas válidas de cidadãos** neste sector; a médio prazo, construção de um **Pavilhão de Congressos** para a cidade de Lisboa.

As propostas relativas à política educativa, desportiva e turismo completam a política cultural a promover.

— Quanto à **política de habitação,** as principais propostas são:

— a nível da **habitação social:** lançamento imediato de **planos já elaborados** ou em adiantada fase de estudo; lançamento de novos esquemas de crédito à habitação, designadamente pela criação do **Banco Nacional da Habitação** (a nível nacional); **apoio às cooperativas** de habitação e revisão da actual legislação; fim às **rendas especulativas** de barracas; fim às rendas especulativas de prédios expropriados para demolição; estudo de uma política de rendas sociais que permita a aplicação da **renda resolúvel** às casas promovidas por entidades públicas estatais ou municipais.

— A nível da **habitação privada:** normalização do mercado (que depende mais do Governo que da CML, designadamente através da promulgação da nova lei das rendas, já prometida); definição clara do âmbito da sua actuação, através de planos de urbanização aprovados; clima de confiança e garantias na actuação (policiamento de prédios em construção; aplicação da legalidade sobre ocupações, etc.); aceleração da **obtenção de licenças;** fim à **corrupção** nos serviços relacionados com a actividade da construção civil.

Completando a política de habitação, integram-se no nosso programa propostas relativas à política de solos, planeamento urbano, transportes públicos, trânsito, promoção educativa, cultural e recreativa, cobertura sanitária e de segurança social e infra-estruturas, que o programa detalhadamente desenvolve.

Quanto aos **transportes públicos,** as medidas mais significativas são:

Coordenação **regional** de transportes urbanos e suburbanos; criação de **empresas especializadas,** por tipo e dimensão, pondo fim às actuais desarticulações e sobreposições; construção de **centros coordenadores de tráfego,** impedindo o desembocar no centro da cidade de transportes regionais de superfície; lançamento de um **passe único** para os transportes urbanos; protecção do **transporte público** em certas artérias e ruas da cidade; disciplina do trânsito privado; aproveitamento integral do equipamento existente, aumento da **velocidade de circulação** quanto possível; aumento dos serviços prestados pelo Metro (em coordenação com os transportes ferroviários suburbanos); possível criação de **horários de trabalho** desfasados, dentro da cidade.

Completando a política de transportes públicos, integram-se as propostas incluídas na política de ordenamento de trânsito designadamente no que respeita à circulação e estacionamento automóvel.

"O DIA" — Sabendo-se que a Câmara Municipal de Lisboa corresponde a um ou mais ministérios, relativamente às atribuições que naturalmente lhe competem, nos sectores mais variados da vida pública lisboeta, defende uma concentração ou uma descentralização quanto à instalação dos serviços municipais?

H.R. — As atribuições tradicionais da CML correspondem, não só a vários ministérios e respectivas políticas sectoriais mas também a **vários escalões de dimensão.** A tendência que se tem verificado é a de retirar à CML, demasiado pequena para problemas regionais, demasiado burocrática para problemas sectoriais especializados, determinadas competências que têm vindo a ser conferidas a **empresas públicas** (muitas vezes antigas concessionárias) ou a **empresas nacionalizadas:** é o caso da água, dos esgotos, dos transportes públicos, etc, etc. As questões relacionadas com a habitação, e o urbanismo foram, já há alguns anos, atribuídas a serviços relativamente autónomos: GTH, primeiro, EPUL, mais tarde.

Por outro lado, há problemas que só com uma actuação a **nível regional** podem ser tratados, como os transportes, o trânsito, a habitação social, a localização das actividades económicas e da mão-de-obra, etc, etc.

Finalmente, a CML, sendo pequena demais para os problemas da grande urbe que é Lisboa, é grande demais para uma nova perspectiva comunitária, democrática e participada das autarquias locais — função que só os órgãos da freguesia poderão desempenhar.

Sendo assim, os problemas que se levantam são três, a saber: — qual a inter-relação entre estas empresas públicas e a CML?

— qual a inter-relação entre a CML e os concelhos limítrofes?

— qual a inter-relação entre a CML e as 53 freguesias da cidade?

Como se sabe, nada disto se encontra ainda definido pela actual legislação, que remete as competências das Câmaras e das Juntas para a lei vigente, isto é, para o Código Administrativo de 1940.

Quanto a nós, a solução correcta e que propomos no nosso Programa Eleitoral seria:

— que as empresas públicas sejam **reorientadas,** no

futuro, por forma a poderem acatar as grandes linhas definidas pelos órgãos autárquicos eleitos e não se transformarem em meras estruturas tecnocráticas, ultrapassando com as suas decisões as orientações dadas pela legítima autoridade política do concelho.

— que a CML e as câmaras dos concelhos urbanos limítrofes venham a constituir uma **"área metropolitana de Lisboa",** que não resulte de um paternalismo da capital (como se verificava inicialmente com a Federação de Municípios de Lisboa do Código Administrativo, criada nos anos 60, em que o Presidente da CML tinha tantos votos menos um quanto os outros todos...); deve evitar-se também a simples criação, por decreto ou por lei, de uma nova estrutura administrativa, pois ela deve corresponder à vontade, necessidades e capacidades dos órgãos autárquicos eleitos.

— que **maiores competências e verbas sejam atribuídas às freguesias,** actualmente reduzidas às funções do antigo

Continua na pág. 23

AS TRÊS LOJAS DA SUA VIDA

OSPUTOS PARA OS SEUS FILHOS

KAYA KAHINA BOUTIQUE PARA O SEU LAR

KAYA KAHINA LIVROS PARA O SEU ESPIRITO

se você vier, você compra e nós damos uma lembrancinha.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO PRIVATIVO

3 estabelecimentos abertos das 10 às 24 horas todos os dias.

Centro Comercial Caleidoscópio

(Edifício do Cinema Caleidoscópio)

KAYA KAHINA LIVROS E PUBLICAÇÕES, LDA.

PLUTO brinquedos, discoteca e utilidades, lda.

Jardim do Campo Grande - LISBOA 5

A Sufam é realmente um espanto. Uma máquina — uma só — que lava em 5 minutos 2,5 Kg de roupa ou a loiça de cinco pessoas... Já se vê o que isto significa em economia de água, electricidade e tempo. Sem despesas de instalação e a preço tão acessível... Quanto a espaço... a Sufam tanto cabe num cantinho da despensa, como na mala do carro quando se vai para férias. Para que a Sufam funcione na perfeição, basta só uma tomada de corrente e água. **Preço rigorosamente único em todo o país.**

AGORA 3 ANOS GARANTIA

SUFAM

A DUPLA MÁQUINA PORTÁTIL DE LAVAR ROUPA E LOIÇA

HORIZONTE INTERNACIONAL, S.A.R.L.

Delegações e subdelegações em todo o país, muito perto de si.

Queiram prestar-me sem qualquer compromisso, através da vossa Delegação mais próxima, informações detalhadas sobre o funcionamento da máquina de Lavar Roupa e Loiça SUFAM

Nome

Morada

Telef. Local

HORIZONTE INTERNACIONAL, S.A.R.L.

Av. 5 de Outubro, 137-1.º - Lisbôa 1 - Telfs. 77 20 43 / 77 98 21